

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Quotistas e Diretores da
Sermed Saúde Ltda.
Sertãozinho SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sermed Saúde Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sermed Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de fevereiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Sermed Saúde Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		21.287.422	17.260.411	Circulante		16.380.279	16.301.612
Disponível		126.640	34.884	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	11.536.929	11.119.224
Realizável		21.160.782	17.225.527	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG		1.369.945	1.257.071
Aplicações financeiras	4	13.724.692	10.125.078	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		1.110.151	880.636
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		8.811.468	7.690.964	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assist.		7.282.234	7.379.089
Aplicações livres		4.913.224	2.434.114	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		1.774.599	1.602.428
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	6.433.092	6.415.360	Débitos de operações de assistência à saúde		28.751	98.629
Contraprestações pecuniárias a receber		6.429.338	6.405.975	Receita antecipada de contraprestações		28.751	90.323
Operadoras de planos de assistência à saúde		3.754	9.385	Operadoras de planos de assistência à saúde		-	8.306
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		88.093	116.801	Tributos e encargos sociais a recolher	10	2.577.498	1.510.768
Bens e títulos a receber		908.903	562.285	Empréstimos e financiamentos	11	58.842	1.422.484
Despesas antecipadas		6.002	6.003	Débitos diversos	12	2.178.259	2.150.507
		19.238.913	19.300.554	Não circulante		1.878.439	1.916.434
Não circulante		2.702.146	2.259.897	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	120.130	307.450
Realizável a longo prazo		2.702.146	2.259.897	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		120.130	307.450
Depósitos judiciais e fiscais	13	1.235.717	868.976	Provisões para tributos diferidos	15	360.456	369.351
Ativo fiscal diferido	6	1.466.429	1.390.921	Provisões para ações judiciais	13	1.027.196	868.976
Investimentos	7	474.985	483.993	Débitos diversos	12	370.657	370.657
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		7.886	7.376				
Imóveis destinados à renda		467.099	476.617	Patrimônio líquido	16	22.267.617	18.342.919
Imobilizado	8	15.984.634	16.468.139	Capital social		1.672.000	1.540.000
Imóveis de uso próprio - hospitalares		8.973.328	8.973.328	(-) Ações em Tesouraria		(61)	-
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		6.093.486	6.350.096	Reserva de reavaliação		4.157.652	4.185.295
Imobilizado de uso próprio		687.284	861.582	Lucros acumulados		16.438.026	12.617.624
Imobilizações em curso		134.110	134.110				
Outras imobilizações		96.426	149.023				
Intangível		77.148	88.525				
Total do ativo		40.526.335	36.560.965	Total do passivo e do patrimônio líquido		40.526.335	36.560.965

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		117.234.916	110.749.710
Receitas com operações de assistência à saúde		121.472.099	113.406.571
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(4.237.183)	(2.656.861)
Eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos		(95.912.033)	(88.881.613)
Eventos / sinistros conhecidos ou avisados		(95.739.861)	(88.811.823)
Variação da provisão de eventos / sinistros ocorridos e não avisados		(172.172)	(69.790)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		21.322.883	21.868.097
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		305.065	304.802
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		778.486	800.175
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(2.960.524)	(2.595.070)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(1.464.990)	(1.246.328)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.132.403)	(962.099)
Provisão para perdas sobre créditos		(363.131)	(386.643)
Outras despesas oper.de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		(1.049.540)	(1.094.788)
Resultado bruto		18.396.370	19.283.216
Despesas administrativas		(12.996.933)	(13.854.795)
Resultado financeiro líquido	17	368.072	326.814
Receitas financeiras		1.683.113	1.404.790
Despesas financeiras		(1.315.041)	(1.077.976)
Resultado Patrimonial		57.624	74.188
Receitas patrimoniais		57.624	74.188
Resultado antes dos impostos		5.825.133	5.829.423
Imposto de renda	18	(1.539.922)	(1.512.499)
Contribuição social	18	(576.856)	(566.741)
Impostos diferidos		75.509	137.518
Lucro líquido do exercício		3.783.864	3.887.701
Lucro por cota		2,26	2,52

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.783.864</u>	<u>3.887.701</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>3.783.864</u></u>	<u><u>3.887.701</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.540.000	-	4.213.075	8.693.385	14.446.460
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(36.538)	36.538	-
Realização dos tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	8.758	-	8.758
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.887.701	3.887.701
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.540.000	-	4.185.295	12.617.624	18.342.919
Aumento de capital	132.000	(61)	-	-	131.939
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(36.538)	36.538	-
Realização dos tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	8.895	-	8.895
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.783.864	3.783.864
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.672.000	(61)	4.157.652	16.438.026	22.267.617

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.783.864	3.887.701
Ajuste do resultado do exercício:		
Depreciações e amortizações	556.143	567.861
Ajuste a valor justo	-	23.858
Resultado da alienação de bens	-	156.344
Provisão para perdas sobre créditos	363.131	386.643
Provisão para contingências	158.220	18.064
Tributos diferidos	(75.508)	(137.518)
Outros ajustes	131.939	-
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	230.385	(586.245)
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicação financeira garantidoras de provisões técnicas	(1.120.504)	749.467
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(380.863)	(1.634.893)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	28.708	(68.942)
Créditos tributários e previdenciários	-	59.526
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(346.618)	(152.802)
Depósitos judiciais	(366.741)	(18.064)
Aumento (redução) nos passivos:		
Débitos de operações de assistência à saúde	(69.878)	63.375
Tributos e encargos sociais a recolher	1.066.730	136.353
Débitos diversos	27.751	616.375
Recursos líquidos provenientes das operações	3.986.759	4.067.103
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de investimentos	(510)	(341)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(51.741)	(317.453)
Aquisição de bem destinados a venda	-	(64.557)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(52.251)	(382.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.363.642)	(1.445.655)
Empréstimos e financiamentos obtidos (principal + juros)	-	9.284
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(1.363.642)	(1.436.371)
Varição no caixa e equivalentes de caixa	2.570.866	2.248.381
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.039.864	2.468.998
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.468.998	220.617
Varição do caixa e equivalentes de caixa	2.570.866	2.248.381

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sermed Saúde Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

1 Contexto operacional

A Sermed – Saúde Ltda., é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sediada em Sertãozinho SP, constituída atualmente por 69 sócios cotistas. A Sociedade tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde individuais, familiares e coletivos, através da cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, nos termos da Lei 9.656/1998. Para atendimento dos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e complementados com outras instituições previamente autorizadas.

Em 11/10/2018 a Operadora recebeu por meio do ofício da ANS nº 71/2018/COPAEF/GEAES/GGAERY/DIRAD-DIOPE/DIOPE, o encerramento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), dado o saneamento das anormalidades econômico-financeiras anteriormente planejadas e executadas.

2 Base de preparação e apresentação

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Sociedade em 22 de fevereiro de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Sociedade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas detalhadamente abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado

As receitas, despesas e custos são registradas conforme o regime de competência dos exercícios.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Sociedade. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

d Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: Visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de preço pré-estabelecido e 90 dias para os demais planos. A administração da Sociedade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

f Investimentos

Os investimentos são registrados, inicialmente, pelo custo de aquisição e, posteriormente, avaliados e ajustados ao valor justo recuperável.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração da Sociedade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- Provisão de prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG: caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS: provisão face às demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos a prestação de serviços médicos efetuados para a Sociedade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA: constituída com base na RN 160 e posteriores alterações.

k Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as adições temporárias no livro de apuração do lucro real (LALUR) e pelo prejuízo fiscal e base negativa.

l Empréstimos e financiamentos a pagar

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

m Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

n Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o Partes relacionadas

Relativas a transações em atendimento aos usuários do serviço de saúde, feitas em condições específicas controladas pela administração da Sociedade. Contudo, os parâmetros são os de mercado.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

r Capital Social

As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido.

s Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Aplicações financeiras

Modalidade	2018	2017
Fundos de investimentos	8.811.468	5.164.478
Garantidoras de provisões técnicas (i)	8.811.468	7.690.964
Fundos de investimentos	4.913.224	2.434.114
Livres	4.913.224	2.434.114
	13.724.692	10.125.078

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Sociedade.

(i) A Sociedade apresentou as aplicações financeiras garantidora de provisões técnicas, nos termos da RN nº 159/2007 e posteriores alterações da ANS (nota 9). A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de autorização pela ANS à instituição financeira.

(ii) Em 26 de setembro de 2017 a ANS enviou através do ofício nº 52/2017/COPAEF/GAEAS/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE, solicitando à Sociedade a reclassificação dos saldos de aplicações financeiras vinculadas que apresentavam garantias lastreadas por custódia Selic e Cetip, para aplicações financeiras livres.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contraprestações pecuniárias a receber (i)	8.845.472	8.557.260
(-) Provisão para perdas sobre créditos (ii)	<u>(2.412.380)</u>	<u>(2.141.900)</u>
	<u>6.433.092</u>	<u>6.415.360</u>

(i) Compõe o saldo a receber o montante de duplicatas de R\$ 416.452 referente a um cliente que encontra-se em Plano de Recuperação Judicial. Esse montante está em aberto há mais de 360 dias e não foi constituída provisão para perda pois já houve o recebimento parcial na ordem de R\$ 370.657 que está em aberto na rubrica “Depósitos de beneficiários”, conforme nota explicativa nº12. Devido ao andamento do processo de recuperação a Sociedade fica impedida de efetuar a baixa dos saldos.

- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6 Ativo fiscal diferido

a Composição do saldo

Descrição	2018	2017
	Não circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.466.429	1.390.921

A administração da Sociedade constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos das adições temporais, tendo como base de cálculo o saldo da conta de provisão para perdas sobre créditos e de provisão para contingências.

b Tributos diferidos – adições temporárias

Descrição	2018	2017
Provisão para contingências	1.027.196	868.976
IRPJ – 25%	256.799	217.245
CSLL – 9%	92.448	78.208
	349.247	295.453
Provisão para perdas sobre créditos	3.285.832	3.221.967
IRPJ – 25%	821.458	805.492
CSLL – 9%	295.724	289.976
	1.117.182	1.095.468
Total dos tributos diferidos	1.466.429	1.390.921
Ajuste	75.508	137.518

7 Investimento

a. Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Sicredi	7.886	7.376
Imóveis destinados a venda (i)	467.099	476.617
	474.985	483.993

b. Movimentação

Em 2018:

Descrição	31/12/2017	Movimentação	Ajuste a valor justo	31/12/2018
Sicredi	7.376	-	510	7.886
Propriedades para investimento	476.617	(9.518)	-	467.099
	483.993	(9.518)	510	474.985

Em 2017:

Descrição	31/12/2016	Transferência para o ativo imobilizado	Transferência para propriedades para investimentos	Ajuste a valor justo	31/12/2017
Sicredi	7.035	-	-	341	7.376
Imóveis destinados a venda (i)	412.060	(115.646)	(296.414)	-	-
Propriedades para investimento (i)	-	-	452.758	23.859	476.617
	419.095	(115.646)	156.344	24.200	483.993

- (i) Em 2016 foram disponibilizados para venda as edificações da Sociedade nas cidades de Pitangueiras e Viradouro que eram utilizados para prestação de serviços ambulatoriais. Em 2017, como estratégia de negócio, foi definido pela administração que esses imóveis não seriam mais destinados para venda sendo que, o imóvel de Viradouro seria locado para terceiros e o imóvel de Pitangueiras seria reativado para uso operacional na prestação de serviços ambulatoriais da Sociedade.

8 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2018	2017
		Total	Total
Terrenos	-	3.936.643	3.936.643
Edifícios	2,05%	12.517.616	12.517.616
Móveis e utensílios	10%	1.518.401	1.497.496
Máquinas e equipamentos	10%	50.372	50.372
Equipamentos e acessórios médicos	10%	590.094	584.331
Computadores e periféricos – hardware	20%	1.440.645	1.436.769
Veículos	20%	97.744	97.744
Imobilizações em andamento	-	134.110	134.110
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,50%	882.968	882.968
		21.168.593	21.138.049
(-) Depreciação acumulada		(5.183.959)	(4.669.910)
		15.984.634	16.468.139

Em atendimento à aplicação das novas normas contábeis, em especial aos pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Sociedade efetuou testes de recuperação de seu ativo imobilizado, compreendendo a redução do valor recuperável quando aplicável. Também efetuou análise quanto às taxas e vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a determinação dos valores residuais, de acordo com as práticas aplicadas atualmente.

b Movimentação do custo histórico, reavaliação e depreciação acumulada

	31/12/2016	Adição	Transferências	31/12/2017	Adição	31/12/2018
Terrenos	4.092.987	-	(156.344)	3.936.643	-	3.936.643
Edificações e construções	12.401.970	-	115.646	12.517.616	-	12.517.616
Móveis e utensílios	1.445.810	44.321	7.365	1.497.496	20.905	1.518.401
Máquinas e equipamentos	50.372	-	-	50.372	-	50.372
Equipamentos e acessórios médicos	553.620	30.711	-	584.331	5.763	590.094
Computadores e periféricos – hardware	1.398.283	35.819	2.667	1.436.769	3.876	1.440.645
Veículos	91.868	54.756	(48.880)	97.744	-	97.744
Imobilizações em andamento	134.110	-	-	134.110	-	134.110
Benfeitorias em imóveis de terceiros	882.968	-	-	882.968	-	882.968
Total do custo histórico	21.051.988	165.607	(79.546)	21.138.049	30.544	21.168.593
Edificações	(840.849)	(289.987)	-	(1.130.836)	(256.611)	(1.387.447)
Móveis e utensílios	(1.045.818)	(80.796)	(3.944)	(1.130.558)	(73.210)	(1.203.768)
Maquinas e equipamentos	(43.551)	(2.855)	-	(46.406)	(676)	(47.082)
Equipamentos e acessórios médicos	(378.707)	(33.610)	(1.399)	(413.716)	(28.121)	(441.837)
Computadores e periféricos – Hardware	(1.081.144)	(82.889)	(4.689)	(1.168.722)	(91.884)	(1.260.606)
Veículos	(91.869)	(2.738)	48.880	(45.727)	(10.951)	(56.678)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(672.884)	(61.061)	-	(733.945)	(52.596)	(786.541)
Total da depreciação	(4.154.822)	(553.936)	38.848	(4.669.910)	(514.049)	(5.183.959)
Imobilizado líquido	16.897.166	(388.329)	(40.698)	16.468.139	(483.505)	15.984.634

9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganha – PPCNG (i)	1.369.945	1.257.071
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)	1.110.151	880.636
Provisão de eventos a liquidar (iii)	7.282.234	7.379.089
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	1.774.599	1.602.428
Circulante	11.536.929	11.119.224
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)	120.130	307.450
Não circulante	120.130	307.450
Total	11.657.059	11.426.674

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a constituição, a partir daquelas datas, Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. A Sociedade está sujeita a apresentar patrimônio mínimo ajustado, atualmente estimado em R\$ 22.273.665, e Margem de Solvência de R\$ 19.338.488.

A diversificação de ativos garantidores dessas provisões corresponde às aplicações financeiras atendendo aos critérios estabelecidos pela Resolução da ANS, as quais estão lastreadas nos segmentos de rendas detalhada na nota explicativa nº 4.

(i) Provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas (PPCNG): é constituída conforme previsto na resolução normativa da ANS RN nº 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Sociedade está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da administração da Sociedade e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essa demanda.

(iii) Provisão de eventos a liquidar: representam valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Sociedade em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA: registrada com base em nota técnica atuarial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Sociedade por falta de avisos. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao valor total constituído com base na aprovação pela ANS da metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014:

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

▪ **Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/familiares pós Lei 9.656/1998**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	(8.338)	63.635	168.654	22.417	7.328.482	(170)	7.574.680
Rede contratada	20.572.744	19.367.061	5.195.241	30.598.530	9.637.351	2.583.223	87.954.150
Total	20.564.406	19.430.696	5.363.895	30.620.947	16.965.833	2.583.053	95.528.830

A Sociedade registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

10 Tributos e encargos sociais

Descrição	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	273.004	264.507
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSSL	101.492	98.381
Imposto sobre serviços – ISS	1.262.412	207.883
Contribuições previdenciárias	203.047	193.166
FGTS a recolher	62.139	58.262
COFINS e PIS/ PASEP	124.081	117.113
Contribuições a sindicatos a recolher	1.586	14.697
IRRF	147.694	149.528
PIS / COFINS / CSLL	402.043	407.231
	2.577.498	1.510.768

11 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Encargos	Vencimento final	2018	2017
			Circulante	Circulante
Capital de giro	1,23% a. m.	11/2018	-	1.309.718
Leasing IBM e Santander	2% a.m.	5/2017	7.442	22.205
Financiamento Banco do Brasil	4.5%a.m	1/2025	51.400	80.572
Conta Garantida			-	9.989
			58.842	1.422.484

Os empréstimos estão garantidos por avais dos diretores e carteira.

12 Débitos diversos

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários a pagar	319.420	-	319.420	305.904	-	305.904
Honorários a pagar	4.698	-	4.698	4.884	-	4.884
Férias e encargos	778.561	-	778.561	801.956	-	801.956
Fornecedores	1.004.354	-	1.004.354	950.942	-	950.942
Depósitos de beneficiários (i)	42.851	370.657	413.508	34.476	370.657	405.133
Alugueis a pagar	20.468	-	20.468	20.126	-	20.126
Multas a pagar	7.907	-	7.907	32.219	-	32.219
	2.178.259	370.657	2.548.916	2.150.507	370.657	2.521.164

(i) Refere-se ao recebimento de duplicatas de cliente que se encontra em Recuperação Judicial. O valor foi contabilizado em conta de depósitos de beneficiários no grupo de débitos diversos devido ao fato da Sociedade não estar relacionada no Plano de Recuperação Judicial do respectivo cliente que fora homologado à época. Devido à incerteza quanto a um possível questionamento dos valores recebidos a administração não efetuou a baixa do saldo a receber, no montante de R\$ 416.452, conforme conta explicativa nº 5, e optou em manter o saldo registrado em conta do passivo não circulante.

13 Provisão para ações judiciais e depósito judiciais e fiscais

A Sociedade é parte envolvida (polo passivo) em ações tributárias, trabalhistas e cíveis, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2018, a administração da Sociedade decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis. Existem depósitos judiciais suportando as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos e bloqueios judiciais estão compostos da seguinte forma:

Natureza	2018	2017
Tributária (i)	398.380	398.380
Trabalhista (ii)	70.964	70.964
Conveniados (ii)	557.852	399.632
	1.027.196	868.976
Depósitos judiciais	(1.235.717)	(868.976)

(i) **Tributárias:** a Sociedade discute administrativamente a incidência tributária do PIS sobre suas operações relativamente ao período de fevereiro de 1996 a junho de 1999. O valor está totalmente coberto por depósitos judiciais classificados no ativo não circulante, sendo que a expectativa da administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, é de que o processo seja arquivado, uma vez que os depósitos já foram transferidos para a União pelo Banco do Brasil, ainda em 2009. No momento, a administração aguarda o despacho final das autoridades competentes.

(ii) **Trabalhistas/conveniados:** a provisão é para fazer face a ações trabalhistas e com conveniados, que estão sendo discutidas na esfera judicial, sendo essas ações totalmente cobertas por depósito judicial, classificado no ativo não circulante. A expectativa da administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, é que as estimativas provisionadas são suficientes para fazer face a eventuais perdas no desfecho dos processos.

14 Passivo contingente

Existem demandas de natureza cível, indenizatória e trabalhista em que a Sociedade é parte reclamada, cujas probabilidades de perdas são classificadas pelos assessores jurídicos como possível, no montante aproximado de R\$ 10.048.128. A administração da Sociedade não acredita em desfecho desfavorável, portanto, não constituiu provisão para perdas.

15 Tributos diferidos sobre reavaliação

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Tributos sobre reavaliação	<u>360.456</u>	<u>369.351</u>

16 Patrimônio Líquido

a Capital social

Composto por 1.672.000 cotas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas pelos montantes de R\$ 1.672.000

b Lucros acumulados

São distribuídos e/ ou destinados conforme a deliberação dos sócios e Contrato Social.

17 Resultado financeiro

Descrição	2018	2017
Juros recebidos	532	6.934
Receitas com cotas de fundos de investimento	677.173	792.066
Receitas por recebimentos em atraso	324.463	294.922
Receitas com Créditos Tributários	1.251	1.708
Despesas Recuperadas	198.240	178.148
Descontos obtidos	481.454	131.012
Receitas financeiras	1.683.113	1.404.790
Descontos concedidos	(347.723)	(306.902)
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(9.997)	(13.893)
Despesas bancárias	(225.826)	(137.196)
Multas e acréscimos monetários	(50.574)	(1.690)
Juros de Empréstimos	(529.502)	(583.301)
Despesas Financeiras do Ressarcimento ao SUS	(151.419)	(34.994)
Despesas financeiras	(1.315.041)	(1.077.976)
	368.072	326.814

18 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Descrição	2018	2017
Resultado antes da tributação	5.900.642	5.966.941
Adições	1.315.766	2.981.775
Exclusões	(806.893)	(2.651.589)
Base de cálculo – imposto de renda	6.409.515	6.297.127
Imposto de renda – 15%	961.427	944.569
Adicional de Imposto de renda – 10%	616.952	605.713
PAT	(38.457)	(37.783)
Imposto de renda	1.539.922	1.512.499
Base de cálculo – contribuição social	6.409.515	6.297.127
Contribuição social sobre o lucro – 9%	576.856	566.741
	2.116.778	2.079.240

19 Partes relacionadas

Nos exercícios as transações com os sócios quotistas referentes a serviços de assistência à saúde, apresentaram os seguintes valores:

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo	<u>2.124.144</u>	<u>1.911.142</u>
Resultado	<u>24.818.822</u>	<u>24.738.745</u>

20 Adoção da RN nº 430/2017

A Resolução Normativa nº 430 de 7 de dezembro de 2017 que dispõe, entre outros assuntos, sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, exige que as operadoras apresentem adequadamente suas operações de intercâmbio eventual e corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários (operação de intercâmbio definitivo ou habitual/convênios de reciprocidade/aluguel de rede/repasso em pré-pagamento/repasso em pós pagamento ou em custo operacional/ risco cedido) através da contabilização dos eventos conhecidos ou avisados nas contas específicas e determinadas por essa RN.

A Sociedade não possui operações de compartilhamento de risco com outras operadoras de planos de assistência à saúde em 2018 e por isso não há detalhamento do volume de recursos envolvidos e avaliação dos respectivos riscos financeiros associados.

21 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A administração da Sociedade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

22 Gerenciamento de risco

As operações da Sociedade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Sociedade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

A Sociedade encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

23 Cobertura de seguro

A administração da Sociedade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***